

BRASIL E CHINA: o histórico de quase meio século de relações diplomáticas¹
BRAZIL AND CHINA: the history of almost half a century of diplomatic relations

Igor da Motta Magalhães Carneiro*
Elisa de Sousa Ribeiro**
Hugo Freitas Peres***

RESUMO: O presente artigo promove uma análise do histórico das relações bilaterais entre o Brasil e a China desde 1974, quando do estabelecimento dos laços diplomáticos entre os dois países, passando pela construção da Parceria Estratégica até chegar na criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, no âmbito do BRICS. São retratadas questões relacionadas aos posicionamentos de ambos os países em foros multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, G20 comercial, G20 financeiro, BRICS e BASIC; à concertação política na COSBAN; e à cooperação internacional na área de ciência e tecnologia, com especial foco no Programa CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestre. Para além das relações políticas, são abordados neste artigo o comércio bilateral e o investimento estrangeiro direto. Nota-se neste artigo que Brasil e China possuem diversos instrumentos de diálogo e coordenação para dar continuidade à exitosa parceria iniciada há quase meio século.

Palavras chave: Brasil, China, Relações Bilaterais, História, Política Externa.

ABSTRACT: This article provides an analysis of the history of bilateral relations between Brazil and China since 1974, when the two countries established diplomatic ties. The article goes from the construction of the Strategic Partnership until the creation of the New Development Bank and the Contingent Arrangement of Reserves, within the scope of the BRICS. It discusses issues related to the positions of both countries in

¹As ideias e opiniões expressas nos artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. Não representam necessariamente a posição do Ministério das Relações Exteriores ou do governo brasileiro em geral sobre os assuntos neles versados.

* Diplomata de carreira e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. De janeiro de 2017 a janeiro de 2020, esteve lotado na Embaixada do Brasil em Pequim, desempenhando funções nos setores econômico, de promoção comercial e investimentos e de ciência e tecnologia. De 2008 a 2012 foi Analista de Comércio Exterior no então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

** Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB). Mestranda em Direito Internacional e Relações Exteriores e Internacionais pelo Instituto Europeu Campus Stellae (Espanha). Especialista em Relações Internacionais e em Direito Internacional pela Faculdade Damásio. Bacharel em Direito pelo UniCEUB. Advogada. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI). Membro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

*** Diplomata de carreira, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba. Desde outubro de 2017, está lotado na Embaixada do Brasil em Pequim, desempenhando funções nos setores econômico e agrícola.

multilateral forums – such as the United Nations, the World Trade Organization, commercial G20, financial G20, BRICS and BASIC–, the political consultation at COSBAN, and international cooperation in science and technology, with a special focus on the CBERS Program - China-Brazil Earth Resources Satellite. In addition to political matters, bilateral trade and foreign direct investment are addressed in this article. It can be noted from the present article that Brazil and China have several dialogue and coordination instruments in order to continue the successful partnership they started almost half a century ago.

Keywords: Brazil, China, Bilateral Relations, History, Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Em 2021, comemoram-se os 47 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China. É nesse momento que se recordam os principais acontecimentos históricos relacionados ao relacionamento bilateral sino-brasileiro. O percurso, desde a abertura do primeiro consulado brasileiro no país, em 1843, passando pela missão comercial chefiada pelo Presidente João Goulart, pelo estabelecimento de relações em 1974 e pelo estabelecimento da Parceria Estratégica em 1993, é lembrado neste artigo, cujo objetivo é rememorar esse quase meio século de amizade entre os dois países.

Nesse sentido, são aludidos não somente os momentos de aproximação, mas também os momentos de dispersão na relação bilateral entre os dois países. São retratados os frutos desse elo de afinidade em foros multilaterais; na cooperação internacional na área de ciência e tecnologia, no âmbito do Programa CBERS; e na concertação política, com a COSBAN. Para além das afinidades, são abordadas as dissidências em temas relevantes da agenda internacional, como a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Dois importantes componentes dessa relação não passam despercebidos neste artigo: o comércio e o investimento estrangeiro direto. Destaca-se que o Brasil tem a China como sua principal parceira comercial desde 2009, afora uma primordial fonte de investimento externo. Nesse seguimento, aponta-se que o investimento chinês no Brasil é um fenômeno recente, cujos principais vetores são viabilizar uma oferta de commodities minerais, agrícolas e energéticas para a China e buscar retorno para o excedente de capital chinês.

O artigo está dividido em cinco eixos: as bases político-históricas da relação bilateral; a cooperação bilateral em ciência e tecnologia; o comércio bilateral; os investimentos da China no Brasil; e os dois países em sua interação no cenário político internacional. São esses eixos, na visão dos autores, que determinam a dinâmica e definem os desafios e oportunidades que a cooperação sino-brasileira apresenta.

2. AS BASES POLÍTICO-HISTÓRICAS DA RELAÇÃO BILATERAL

Neste primeiro tópico, são abordadas as bases para o relacionamento sino-brasileiro, apontando os principais desenvolvimentos históricos ocorridos entre o século XIX e o século XX. Adota-se como marco final deste tópico o estabelecimento da Parceria Estratégica em 1993. Trata-se de introito para os demais tópicos, que abordam os principais temas da agenda bilateral.

2.1 Antecedentes do estabelecimento de relações diplomáticas (1843-1974)

Segundo relato de Ricardo Luís da Silva (1989, p. 145), as relações entre Brasil e China se estabeleceram em 1843, com a abertura do consulado brasileiro em Cantão. Não obstante, comemora-se como início das relações o dia 15 de agosto de 1974, quando o Governo da RPC foi reconhecido como o único Governo da China e as relações diplomáticas foram de fato estabelecidas. Portanto, os anos que separam as duas datas serão vistos neste artigo como antecedentes, ainda que, de acordo com o autor (SILVA, 1989, p. 145), não tenha havido muitos desdobramentos nesse período.

O primeiro instrumento celebrado pelos dois países após 1843 foi um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi firmado em 05 de setembro de 1880 na cidade de Tianjin. No entanto, o Governo Imperial desejava alterações no texto, motivo pelo qual em 3 de outubro de 1881 foi assinado um novo tratado (CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2020). A abertura de um consulado brasileiro em Shanghai ocorreu em 1883 (OLIVEIRA, 2004, p. 10). Entre os anos 1893 e 1895 funcionou a Legação de Primeira Classe do Brasil na China e, a partir de 1911, a Legação Chinesa no Brasil (SILVA, 1989, p. 146).

Na primeira metade do início do século XX, foram assinados: uma Convenção de Arbitramento Geral entre o Brasil e a China, na cidade de Pequim, em 1909; uma renúncia aos direitos de extraterritorialidade do Brasil na China, em 1943; e um Convênio

Cultural, em 1946, sendo estes dois últimos com o Governo de Chiang Kai-Shek (CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2020; SILVA, 1989, p. 146).

Com a Revolução de 1949, o panorama inicial das relações da China se viu modificado face ao reconhecimento por alguns países do Governo situado em Taipei como sendo o representante do Estado chinês, em detrimento do Governo de Pequim, que detinha a soberania sobre a China continental. O Brasil durante a gestão de Afonso Arinos no Itamaraty apoiou a inclusão, na agenda da Assembleia Geral, do debate sobre a entrada da República Popular da China na Organização das Nações Unidas (FRANCO, 2007, p. 41). Cabe destacar que até 1953, o Brasil apoiava a coexistência das duas Chinas na ONU (CERVO; BUENO, 2017, p. 455).

Ainda que do ponto de vista político houvesse um distanciamento entre a República Popular da China e o Brasil durante as décadas de 40 e 50, no aspecto econômico, a aproximação continuaria a se incrementar com o passar dos anos. O relacionamento desses países com o restante do mundo atenderia aos novos paradigmas adotados por ambos os países e passaria a se basear nos ideais de desenvolvimento e diversificação de parcerias sob os quais a política externa dos dois países se assentariam a partir da segunda metade do século XX (HOLANDA, 2016, p. 39-45). Já na década de 1950, houve tentativas por parte do Governo chinês de aproximação política com o Brasil:

Em novembro de 1954, um telegrama emitido para o Embaixador do Brasil em Londres dava diretrizes de quais atitudes deveriam ser tomadas com relação à Missão diplomática da República Popular Chinesa em Londres, que expressava sua intenção de manter relações com o referido embaixador. Em maio do ano seguinte, o Embaixador do Brasil em Belgrado, Ruy Ribeiro Couto, emitiu um telegrama para a Divisão Política, informando que o embaixador da RPC havia manifestado o desejo de manter “relações oficial e pessoal” com o embaixador brasileiro. (COSTA, 2019, p. 66)

Naquele momento, o Governo brasileiro optou por não manter relações oficiais, ainda que, em 1956, delegações de parlamentares e de juristas brasileiros tenham sido

recebidas por Mao Zedong e Zhou Enlai (COSTA, 2019, p. 67) e que, em 1959, tenha sido criada a Sociedade Cultural Sino-Brasileira, que apesar de não pertencer oficialmente ao governo chinês, “[...] adquiria o dinamismo pretendido por Chu En-Lai, para ampliar os contatos comerciais, algo pretendido pela China como uma forma de conseguir apoio político para o seu ingresso na ONU. Essa associação ainda existe e atua em 157 países. (Cf. COSTA, 2019, p. 73)

Na década de 1960, houve um esforço de acercamento entre os dois países. A Política Externa Independente do chanceler Santiago Dantas estabeleceu as bases para tanto (HOLANDA, 2016, p. 44), na medida em que pregava uma diversificação das relações exteriores. O Governo chinês, diante das novas diretrizes brasileiras, formulou convite ao vice-presidente João Goulart, para que realizasse uma missão comercial, o que se efetivou em agosto de 1961. Dela, se obtiveram como frutos um Ajuste Interbancário, a autorização para o estabelecimento de um escritório comercial no Brasil (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 39) e o estabelecimento de missões comerciais anuais (COSTA, 2019, p. 89-90). Cabe ressaltar que

O fato de que Brasil e China não mantinham relações diplomáticas não impedia que eles mantivessem relações comerciais. Estabelecer relações diplomáticas com a China implicaria reconhecer o Governo de Pequim como legítimo, e as relações diplomáticas com Taiwan seriam invalidadas. Nesse período, o movimento era de aproximação com a China e o consequente arrefecimento das relações com Taiwan. (COSTA, 2019, p. 30)

Enquanto a missão comercial de João Goulart estava na China, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República em 25 de agosto de 1961, sendo o seu vice obrigado a retornar para assumir como Chefe de Estado. Logo antes de sua renúncia, Jânio Quadros publicou na Revista Foreign Affairs um artigo denominado “Nova Política Externa do Brasil” (FRANCO, 2007, p. 145-155), no qual apontava os horizontes da atuação do Brasil no mundo. Dentre eles, destaca-se, no seu texto:

O primeiro passo para tirar proveito total das possibilidades da nossa posição no mundo consiste em manter relações normais com todas as nações.

O Brasil, que por má interpretação ou distorção do seu bom senso político, levou vários anos sem contactos regulares com as nações do bloco comunista, [...] Negociações para o reatamento de relações com a União Soviética estão em progresso e uma missão oficial brasileira vai à China para estudar as possibilidades de trocas. Em consonância com essa revisão de nossa política externa, meu país, como é sabido, decidiu votar a favor da inclusão na agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas da questão da representação da China; essa posição inicial terá, no seu devido tempo, suas conseqüências lógicas.

As possibilidades de relações comerciais entre o Brasil e o Oriente são praticamente “terra incógnita”. [...] A China, Coréia, Indonésia, Índia, Ceilão e todo o sudoeste da Ásia abrem espaço para o desenvolvimento de nossa produção e empreendimentos comerciais, que nem a distância nem os problemas políticos podem desencorajar.” (QUADROS, 1961 *Apud* FRANCO, 2007, p. 154)

Na presidência de Goulart, foi dado prosseguimento à PEI. À frente do Itamaraty, o chanceler Araújo de Castro, em discurso proferido na abertura da Assembleia Geral da ONU de 1963, abordou o trinômio desenvolvimento, descolonização e desarmamento como diretrizes a serem seguidas no âmbito internacional.

Ainda que Goulart tenha se tornado presidente, os acordos de 1961 mencionados acima não prosperaram, haja vista mudanças no cenário político-institucional brasileiro que ocorreram em 1964 e que ocasionaram o distanciamento entre os dois países (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 39). O acordo comercial foi rejeitado pelo Congresso, em 17 de setembro de 1964 (SILVA, 1989, p. 146) e diversas ações foram tomadas no sentido de se afastar do nascente relacionamento a China comunista.

Ao comentar a política externa durante o Governo Castelo Branco, Rodrigo do Amaral Souza (1989, p. 69) relembra que o Governador do Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, expulsou membros de uma missão comercial chinesa que se encontravam no local, o que suspendeu temporariamente o progresso nas relações do Brasil com a China. Celiane Costa (2019, p. 16) também recorda o período, abordando o incidente ocorrido em 1964, no qual houve a detenção de nove chineses que, após serem condenados a 10 anos de prisão, foram expulsos do Brasil em 1965 (SILVA, 1989, p.

146). Em resposta, a China não manteve o Ajuste Interbancário acordado em 1961 (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 39). Ao episódio, se seguiram anos de afastamento.

Na 26ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU, colocou-se em votação a restauração da República Popular da China, ocupando um assento permanente no Conselho de Segurança, em substituição à China Nacionalista. Na ocasião, a posição brasileira se consubstanciou no voto negativo à Resolução 2758, juntamente com trinta e quatro países - como os Estados Unidos, que também apoiavam a permanência dos dois membros na ONU (RAMOS, 2006, p. 65; US-CHINA INSTITUTE, 2020). Apesar do voto negativo, a posição brasileira perante Pequim não era clara, conforme se pode perceber no discurso do chanceler Gibson Barboza (RAMOS, 2006, p.65-66). Corrêa analisa a referida manifestação brasileira:

A maneira como o discurso se refere à iminente entrada da República Popular da China na ONU é indicativa das ambigüidades que caracterizavam a postulação externa do Brasil. O Ministro evita uma manifestação concreta sobre a questão da representação da China. Não chega sequer a mencionar nominalmente o país. Mas é veemente ao criticar o processo decisório que havia conduzido àquele desfecho. Não fica claro se o Brasil era a favor ou contra da entrada da República Popular da China. (CORRÊA, 2007, p. 267-268)

O voto de setenta e seis países a favor fez que, em 25 de outubro de 1971, Pequim restaurasse o assento que Taipei vinha ocupando, o que permitiu ao país obter um maior espaço no jogo internacional (SARAIVA, 2007, p.245; US-CHINA INSTITUTE, 2020). Letícia Pinheiro (1993, p. 252) narra uma curiosa passagem ocorrida na iminência da votação: Geraldo Holanda Cavalcanti, cônsul brasileiro em Hong Kong, esteve presente na comemoração do natalício da proclamação da RPC, organizada pela China Resources Company, representante comercial de Pequim naquela cidade. Sua interpretação do episódio é que “em que pese o status não-governamental desta organização, é indubitável que a aceitação do convite pelo governo brasileiro indicava significativo avanço na sua posição com relação à RPC.” (PINHEIRO, 1993, p. 252). Ainda, relembra que o mesmo cônsul foi enviado à China em missão comercial não-oficial.

O Pragmatismo Responsável, que retomou algumas das orientações da Política Externa Independente, viabilizou a reaproximação sino-brasileira na década de 70 (HOLANDA, 2016, p. 44), com o impulso do setor empresarial brasileiro, que demonstrava seu interesse nas relações comerciais com a China. Dois exemplos da posição ambígua adotada naquele momento foram a presença do Cônsul brasileiro em Hong Kong, Geraldo Cavalcanti, de forma não oficial na missão de Horácio Coimbra e o apoio do Ministro do Planejamento à missão de Giulite Coutinho (RAMOS, 2006, p. 66):

O Senhor Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, de maneira adjetivada de “pioneira”, conseguiu permissão para viajar à RPC, em 1971. O então Conselheiro Geraldo Holanda Cavalcanti o acompanhou, extra-oficialmente, “em viagem de férias”. Os contatos foram bons e o Brasil vendeu açúcar para a RPC, por meio de intermediários em Londres. É importante notar que Holanda Cavalcanti seria, mais tarde, Chefe de Gabinete do Chanceler Azeredo da Silveira. Em outubro de 1972, a Associação dos Exportadores Brasileiros, por inspiração de seu então Presidente, Giulite Coutinho, que se fez acompanhar pelos empresários José Mindlin, Cláudio Bardella e Alberto Moreno, realizou nova missão à RPC. (SILVA, 1989, p. 148)

Em março de 1974, há uma manifestação do Governo chinês no sentido de estabelecer relações diplomáticas com o Brasil (PINHEIRO, 1993, p. 257). Em resposta, mais uma missão comercial brasileira foi à China, com a presença de três representantes do Governo brasileiro, dentre eles, o então Chefe da Divisão da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, o que viabilizou um diálogo intergovernamental e um convite brasileiro para o envio de uma missão chinesa ao Brasil (SILVA, 1989, p. 148). Segundo Biato Júnior (2007, p. 40), a modificação progressiva na forma como setores do governo brasileiro agiam foi decorrente dessa missão e do suporte do empresariado a “uma acomodação política com a China”.

A perspectiva de crescimento do comércio bilateral teve um importante papel nessa aproximação. A convite do Governo brasileiro, que ademais solicitou a inclusão de um membro da chancelaria chinesa na delegação (PINHEIRO, 1993, p. 257), em 06 de agosto de 1974, uma missão comercial, liderada pelo então Vice-Ministro do Comércio, veio ao Brasil. Antes mesmo da missão chegar, em 9 de abril de 1974, o chanceler

brasileiro, Azeredo da Silveira, enviou ao Presidente Geisel uma Exposição de Motivos em que sugeria o estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Em que pese o conturbado processo interno dentro da burocracia brasileira (PINHEIRO, 1993, p. 257-258), no dia 15 de agosto do mesmo mês, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países.

2.2 A Construção da Parceria Estratégica (1974-1993)

Foi, portanto, no governo de Ernesto Geisel que se deu estabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China. No Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas, o Brasil reconheceu o Governo da República Popular da China como o único Governo legal da China e tomou nota da posição chinesa expressa segundo a qual “o Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China”, e os dois Governos se comprometeram a desenvolver seu relacionamento com fundamento “nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica.” (LIMA, 2016, p. 269-270). No ano de 1975, foi inaugurada a Embaixada brasileira em Pequim.

O estabelecimento de relações evidenciou uma reorientação da posição brasileira promovida pelo chanceler Antonio Azeredo da Silveira. Ainda assim, havia setores do governo brasileiro que hesitavam na aproximação com um país comunista, em um contexto de Guerra Fria (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 40). É nesse cenário que, em 1978, foi firmado Acordo Comercial e, em 1979, um Convênio de Transportes Marítimos. Os interesses econômicos de ambas as partes fizeram com que essas hesitações fossem progressivamente colocadas de lado, dando espaço a uma crescente atividade comercial, com ampliação da pauta de exportação brasileira – que até 1977 abarcava commodities como açúcar, algodão soja e óleos vegetais (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 41). Ainda que as

desconfianças mútuas existissem, foi possível verificar uma série de interesses em comum, até mesmo devido à fase estatizadora do Brasil, que encontrava reflexo na sua contraparte chinesa de economia estatal (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 41-42).

Oito anos após o estabelecimento de relações, se deu a primeira visita de um chanceler à China, com a missão de Ramiro Saraiva Guerreiro em março de 1982. Nessa oportunidade, foi assinado Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica, o que viabilizou o início em julho de 1988 o programa conjunto de lançamento de satélites.

Por sua vez, a primeira visita presidencial à China ocorreu dois anos depois da de Guerreiro, em 1984, com o Presidente João Baptista Figueiredo sendo recebido por Deng Xiaoping. Para Vera Lúcia Machado (*apud* BIATO JÚNIOR, 2007, p. 44), essa era a forma “de dar uma demonstração cabal, para a opinião pública externa, que era possível a dois países de sistemas políticos diferentes desenvolverem laços intensos, sem a interferência nos assuntos domésticos respectivos”. Um dos marcos dessa recepção presidencial foi a autorização de que consulados chineses pudessem se instalar no Brasil. No mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wu Xueqian, visitou o Brasil. E, no ano seguinte, 1985, o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang veio ao país, momento em que se adotou um mecanismo de consultas políticas bilaterais (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 47).

Um fator que facilitava esse relacionamento era a convergência de ambos os países em diversos temas. Segundo Memorando do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, de abril de 1986, “estudo realizado pelo Itamaraty sobre o padrão comparativo dos dois países durante a XL Assembleia Geral da ONU, em 1985, o qual revelou que, em 94,5% das votações, as posições chinesas eram idênticas às do Brasil” (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 47).

Ainda que avançando lentamente, o relacionamento sino-brasileiro se desenvolvia. Um marco no salto qualitativo dessa relação ocorreu com a visita do Presidente José Sarney à China em julho de 1988. Essa visita e a de 1985, “por seu foco político e tecnológico permitiram lançar as bases para a parceria estratégica que viria oito

anos depois, em 1993” (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 46). Seguiu-se a ela, em 1990, a visita do Presidente Yang Shangkun, a primeira de um Chefe de Estado chinês ao Brasil e, como ressaltou Ramos (2006, p. 184), o discurso o Presidente Fernando Collor na recepção abordou o histórico de quase quinze anos das relações, posições comuns em foros internacionais e cooperação em diferentes setores, como tecnologia, espacial, energia nuclear para fins pacíficos.

Em 1992, foi a visita do Primeiro-Ministro Li Peng ao Brasil. A transição democrática pela qual o Brasil passou foi essencial para que o relacionamento bilateral extrapolasse a esfera comercial e passasse a ser mais intenso e multifacetado, já que no Governo militar tinha receio de ir além no relacionamento político devido à ideologia comunista (BIATO JÚNIOR, 2007, p. 47). Nada mais natural, portanto, que ambos adensassem seus laços, o que foi realizado por meio da elevação do relacionamento ao patamar de parceria estratégica, o que significa, em termos práticos,

i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sócio-cultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do sistema internacional. (RAMOS, 2006, p. 29)

O estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China se deu em junho de 1993. Nesse ano, realizaram-se três visitas de alto nível: o Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen, em março; o Primeiro-Ministro Zhou Rongji, entre maio e junho; e o Presidente Jiang Zemin, em dezembro. Essa parceria estratégica foi a maior já firmada até aquele momento entre dois grandes países em desenvolvimento (HAIBIN, 2010).

3. COOPERAÇÃO BILATERAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O estabelecimento da cooperação espacial entre Brasil e China foi marco de extrema relevância no adensamento das relações entre os dois países. É curioso notar a identificação de interesses comuns na área espacial entre países de realidades tão distintas como a China da era Deng Xiaoping e a Nova República do governo José Sarney. Bem diferente da realidade atual, não se tomava por óbvio o progresso econômico chinês e tampouco o crescimento acelerado do comércio Brasil-China, que à época não superava USD 1 bilhão.

Ao final da década de 1980, Brasil e China haviam criado programas espaciais que tinham como principal objetivo o desenvolvimento de satélites próprios que os permitisse superar a dependência de imagens fornecidas por satélites estrangeiros. A condição de países em desenvolvimento, cujas bases científico-tecnológicas eram ainda severamente limitadas, suscitou ceticismo sobre a ousada parceria que se tornaria modelo de cooperação espacial Sul-Sul, conforme reconhecido pelo Escritório das Nações Unidas para Assuntos Espaciais (UNOOSA).

Em 6 de julho de 1988, por ocasião da visita do presidente José Sarney à China, foi celebrado acordo entre o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) para o desenvolvimento de programa de construção de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, denominado Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite/Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres).

A evolução do cenário internacional contribuiu para manter o dinamismo da parceria. Durante o governo Sarney, as relações do Brasil com os chamados países do Norte, particularmente com os EUA, não pareciam capazes de satisfazer as aspirações para assimilação de novas tecnologias. Nessa época, Brasil e EUA tiveram divergências nas áreas de informática, patentes, fármacos, siderurgia, nuclear, calçados e aeronaves. Nesse contexto, os EUA chegaram a aplicar contra o Brasil sanções comerciais no âmbito

da lei comercial norte-americana (Super 301). Ao mesmo tempo, a política externa brasileira favorecia o multilateralismo nos debates da Rodada Uruguai do GATT e buscava adotar postura "universalista", que levou à aproximação com países da Ásia, do Oriente Médio e até mesmo ao restabelecimento de relações com Cuba. Tais circunstâncias incentivaram o governo brasileiro a manter o ímpeto de parcerias alternativas para o desenvolvimento científico-tecnológico.

A China, por sua vez, sob a direção de Deng Xiaoping, tinha como diretriz não somente as reformas econômicas e de abertura (*gaige kaifang*), mas também mantinha política conhecida como "quatro modernizações" (*si ge xiandaihua*), que estabelecia como meta o avanço chinês nas áreas de agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. No entanto, os eventos ocorridos em Tiananmen em junho de 1989 levaram à imposição de sanções por parte dos EUA e de países da Europa Ocidental que dificultavam o acesso do governo chinês a tecnologias consideradas sensíveis. Em reação, ao longo da década de 1990, o governo chinês envidou esforços no sentido de ampliação e fortalecimento das relações com países em desenvolvimento como o Brasil.

Posteriormente, a condução do projeto CBERS ficou a cargo da Agência Espacial Brasileira (AEB), em coordenação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Do lado chinês, os trabalhos foram conduzidos pela China National Space Administration (CNSA), em parceria com a China Academy of Space Technology (CAST). Durante as várias etapas da cooperação, houve intenso intercâmbio de técnicos para realização de trabalhos e também de iniciativas para formação de quadros. Ao longo de três décadas do projeto, engenheiros chineses foram admitidos em cursos e treinamentos oferecidos pelo INPE. Enquanto o lado chinês era experiente na construção de satélites e foguetes lançadores, os conhecimentos desenvolvidos no Brasil, sobretudo na área de computação e desenvolvimento de software, foram de importância fundamental para o êxito dos primeiros satélites.

O programa CBERS é a mais emblemática parceria sino-brasileira em ciência e tecnologia. Ao longo de três décadas, foram desenvolvidos conjuntamente seis satélites de sensoriamento remoto: CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2002), CBERS-2B (2007), CBERS-3 (2013), CBERS-04 (2014) e CBERS-04A (2019). Este último, lançado com sucesso em novembro de 2019, na base chinesa de Taiyuan, tem nível tecnológico bastante mais avançado em comparação com o modelo anterior (CBERS-04), sobretudo em áreas como protocolo de comunicação, sistema de transmissão de dados e de captação de imagens. A última versão do satélite sino-brasileiro contou com importantes contribuições do Brasil para o desenvolvimento da estrutura mecânica e dos sistemas de geração de energia, de coleta de dados e de telecomunicações. Os dados produzidos pelo CBERS são utilizados na formulação de políticas públicas de monitoramento ambiental, desenvolvimento agrícola e planejamento urbano.

Desde 2014, Brasil e China têm fornecido gratuitamente as imagens geradas pelo CBERS a países da América do Sul, África e Sudeste Asiático, com vistas a possibilitar que tais países disponham de ferramentas para monitoramento de desastres naturais, desflorestamento, ameaças à produção agrícola e riscos à saúde pública.

4. O COMÉRCIO BILATERAL

Em 2009, em meio à grande crise financeira do mercado de hipotecas *subprime* nos EUA, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil. Tal fato surpreendeu a muitos à época do anúncio, embora já fosse notável o incremento acelerado do fluxo bilateral de comércio ao longo da década de 2000. Nos anos 1990, o intercâmbio comercial oscilava entre 2 e 3 bilhões de dólares, porém, no início dos anos 2000, tomava ímpeto a tendência de crescimento exponencial do comércio exterior com a China. O fluxo bilateral saltou de cerca de 4 bilhões de dólares, em 2001, para cerca de 58 bilhões de dólares em 2010. Em 2019, o intercâmbio comercial registrou a cifra de 101,7 bilhões de dólares, gerando superávit de 46 bilhões de dólares para as contas nacionais brasileiras.

Contribuiu de modo muito relevante para os resultados desse processo uma série de alterações estruturais nas economias dos dois países, bem como na cena internacional. Devem-se mencionar os efeitos das reformas promovidas por Deng Xiaoping, ao longo da década de 1980, quando foram estabelecidas e incentivadas inúmeras estruturas e ferramentas de mercado para dinamizar a produção chinesa e integrá-la aos mercados internacionais. Os efeitos das reformas iniciadas por Deng sustentaram o crescimento econômico chinês em patamar médio de 10% durante a década de 1990. Naquele mesmo período, o Brasil experimentava a estabilização monetária com o Plano Real e o ‘boom’ de sua produtividade agrícola. O Brasil deixava a condição de importador líquido de alimentos para tornar-se supridor mundial de excedentes agrícolas, em grande medida graças às inovações desenvolvidas pela Embrapa na década anterior, que viabilizou exploração do cerrado (por meio de sementes especiais e novas técnicas de plantio).

Deve-se sublinhar, ainda, a importância histórica da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, depois de quinze anos de negociações. Nesse contexto, a convergência de China e Brasil em torno do regime multilateral de comércio, bem como as oportunidades que o mercado chinês abria às empresas brasileiras para explorar seu gigantesco mercado e aproveitar as concessões que o país fazia tiveram papel importante no adensamento das relações comerciais.

Desse modo, o dinamismo da economia chinesa e a crescente demanda por commodities produzidas no Brasil propiciou incremento rápido de nossas exportações ao país asiático. Atualmente, cerca de 90% da pauta exportadora brasileira para a China é composta de produtos básicos, sendo a maior parte deles soja (34%), petróleo (24%), minério de ferro (21%), celulose (5,3%) e proteína animal (3,8%). Em contraste, as importações da China são bastante diversificadas e preponderantemente de bens manufaturados (entre os quais equipamentos, circuitos integrados e bens de consumo), bem como insumos e produtos químicos. Essa aparente anomalia é frequentemente mencionada em análises e poucas vezes debatida em profundidade nos fóruns sobre o tema.

Para compreensão desse fenômeno é importante ter presente a extrema relevância do conceito de escala e seus efeitos no comércio com a China. Em razão de sua escala de operação, as empresas chinesas costumam operar com grandes volumes e logística compatível com o tamanho do mercado interno. No caso brasileiro, sobretudo no que diz respeito a bens manufaturados, é comum a exportação em valores e quantidades oscilantes de excedentes de produção, que são ofertados por não haverem sido absorvidos pelo mercado interno. Além disso, em grande parte dos casos, as exportações brasileiras já estão comprometidas com tradicionais compradores europeus ou norte-americanos. Até o momento, o único setor em que o Brasil comprovadamente se mostrou capaz de operar em “megaescala” e com custos competitivos é o setor de *commodities*, em que os elevados volumes e altíssima produtividade atraem o vívido interesse chinês.

A alternativa para as companhias brasileiras seria naturalmente a exploração de nichos, que, em valores absolutos, seriam por si bastante relevantes para os resultados de seus balanços. Ocorre que o mercado chinês é razoavelmente maduro, com número elevado de competidores domésticos e internacionais em diversos nichos de mercado e que realizam vultosos investimentos para expandir ou pelo menos manter suas respectivas participações naquele gigantesco mercado. A estratégia para inserção de empresas brasileiras no mercado chinês vai muito além de rodadas de *matchmaking* ou identificação de representantes comerciais. A entrada no mercado chinês exige estratégias de longo prazo e compreensão das preferências do consumidor local. Igualmente, deve-se levar em conta a possível necessidade de investimentos significativos no incremento da produção, na adaptação de produtos e em amplas campanhas publicitárias para posicionamento da marca.

Por outro lado, o Brasil é dos poucos mercados com dimensões, nível de renda e oportunidades compatíveis com as escalas e modo de operação das grandes empresas chinesas. Essa realidade tem contribuído não somente para o incremento das importações chinesas pelo Brasil, mas também no aumento considerável dos investimentos diretos da China no Brasil nos últimos anos, conforme detalhado na próxima seção.

A economia chinesa tem passado por intensas transformações na última década. Os significativos avanços de produtividade, decorrentes da incorporação da população rural nos setores industrial e de serviços, melhorias na educação formal e aumentos salariais têm tornado a China menos atrativa para setores intensivos em mão de obra, resultando na realocação de grande número de companhias multinacionais e chinesas em países do Sudeste Asiático, tais como Tailândia, Vietnã e Camboja. Apesar disso, a China se beneficia de uma infraestrutura de transportes e logística (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, serviços de logística) considerada por muitos analistas comparável às de economias desenvolvidas. Desse modo, muitas companhias chinesas têm conseguido aproveitado as eficiências logísticas do país para diluir os custos de suas exportações e compensar eventuais incrementos dos custos laborais.

O comércio com a China continuará a apresentar enorme potencial para as empresas brasileiras dos mais diversos setores. Os setores de commodities e agronegócio devem continuar a beneficiar-se extensamente da demanda chinesa. A concentração da pauta nesses setores decorre principalmente do fato de haverem atingido escala e competitividade necessários para atender os interesses dos compradores chineses. É pouco provável que essa situação se altere em curto ou médio prazo. As empresas dos demais setores da economia brasileira interessadas em operar na China precisariam seguir trajetória semelhante à das empresas de *commodities*, porém um tanto mais complexa, pois, na condição de novos entrantes, teriam ainda de enfrentar ambiente de acirrada concorrência de preços, assegurar acesso aos canais de distribuição relevantes, bem como superar dificuldades para posicionamento de suas respectivas marcas junto ao público local.

5. OS INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) a partir da China é um fenômeno recente, que ganhou relevância apenas na primeira década dos anos 2000. A

implementação de políticas fiscais expansionistas, a partir de 2008, aliada a um cenário de depreciação dos ativos no exterior pós-crise financeira global levaram a uma expansão vertiginosa do IED chinês, que passou de menos de US\$ 10 bilhões, em 2005, para mais de US\$ 200 bilhões, em 2016 (HANEMANN; ROSEN, 2020).

Podem-se identificar três principais vetores do IED chinês desde a adoção da estratégia *going global*, em 1999: assegurar a oferta de commodities minerais, agrícolas e energéticas; buscar retorno para o excedente de capital; e acessar novas tecnologias (SILVA, 2015). No Brasil, os investimentos chineses se inserem nos dois primeiros casos, com destaque para a busca de oportunidades que ofereçam maior retorno ao capital. O influxo de capital chinês concentrou-se, inicialmente, na agricultura, mineração e petróleo, para depois diversificar-se e ganhar relevância no setor elétrico. Atualmente, agricultura, mineração, e extração de petróleo representam, respectivamente, 3%, 7% e 25% do valor total dos investimentos acumulados desde 2003, enquanto o setor de eletricidade representa 45% do valor total desses investimentos (CAMEX, 2019).

No período de 2000 a 2019, o Brasil foi o maior recipiente de IED chinês na América Latina, com 36% do volume de investimentos, totalizando 129 projetos (PETER, 2020). Isso elevou a China à posição de principal investidor estrangeiro no Brasil nos últimos anos, segundo o critério de volume financeiro, acumulando cerca de US\$ 70 bilhões em IED realizado e projetos anunciados ou em execução. Essa circunstância atribui maior complexidade ao relacionamento bilateral e reforça o aspecto econômico da parceria sino-brasileira.

6. BRASIL E CHINA NO CENÁRIO POLÍTICO INTERNACIONAL

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1974, interesses convergentes em temas econômico-comerciais, segurança, desenvolvimento sustentável e reforma de foros multilaterais levaram Brasil e China não só a adotar posições comuns

no âmbito de organizações existentes, mas também a unir-se em coalizões de geometria variável. Essa cooperação gerou benefícios mútuos e ganhos concretos, mesmo que não tenha produzido acordo sobre aspectos relevantes da governança global.

A dinâmica da interação entre Brasil e China nos debates da política internacional contemporânea remete a alguns princípios, interesses e perspectivas que norteiam a política externa desses países. A condição de grandes Estados em desenvolvimento, com dimensões demográficas e territoriais entre as cinco maiores do mundo, cria uma natural afinidade de valores e corrobora pleitos por maior participação nas instâncias decisórias internacionais. A ausência de rivalidades geopolíticas, por seu turno, abre espaço para atuação conjunta na busca por objetivos comuns.

Os alicerces da inserção internacional contemporânea da China foram lançados no final da década de 1970, com as políticas de abertura e reforma econômica implementadas por Deng Xiaoping. Ainda que mantendo posições firmes em defesa dos princípios da soberania nacional, não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e uma só China, o governo chinês adotou postura mais cooperativa com as instituições do pós-Segunda Guerra Mundial.

A busca pelo desenvolvimento econômico tornou-se um dos vetores basilares da política externa chinesa. O crescimento orientado por exportações e a integração nas cadeias globais de valor representaram estímulo para que país asiático aderisse às principais instituições internacionais, apoiasse a consolidação de regras multilaterais e, desse modo, atuasse de forma ativa na construção da governança global. Esse movimento culminou com a adesão da China à OMC, em 2001.

O Brasil, por sua vez, desde o pós-Segunda Guerra Mundial definiu o desenvolvimento nacional e a formação de um ordenamento internacional regido pelos princípios da soberania e da não intervenção como objetivos a serem perseguidos por sua política externa. Com o fim do período militar (1964-1985), o país também adotou postura

mais cooperativa em foros multilaterais e aderiu aos principais regimes internacionais nas áreas de direitos humanos, segurança, meio ambiente e comércio internacional.

Nota-se, nesse contexto, que há compartilhamento de princípios e de objetivos na atuação internacional do Brasil e da China. Adicionalmente, ambos os países fizeram a transição, no mesmo período, de uma postura de relativo isolamento e desconfiança diante dos organismos multilaterais para outra, de maior participação e colaboração. Essa evolução gradual na inserção internacional do Brasil e da China foi concomitante, nos dois casos, à abertura comercial e à promoção de reformas econômicas. Os ajustes foram implementados ao longo da década de 1990 e lançaram as bases para a cooperação em muitos temas de política internacional nas primeiras décadas do século XXI.

A cooperação em foros multilaterais ganhou tração com o aumento da participação dos países em desenvolvimento na economia mundial. Em 2007, esse grupo de países passou a responder por mais de 50% do produto global (em PPP), ultrapassando pela primeira vez o conjunto das economias avançadas (FMI, 2018). O advento da crise financeira de 2008, ao evidenciar fragilidades das maiores economias desenvolvidas, terminou por aproximar os países emergentes e fortalecer os pleitos por reformas nos foros econômicos multilaterais. Essa conjuntura propiciou a crescente coordenação sino-brasileira nas discussões de política internacional, com foco nos temas econômicos e comerciais – como demonstra a atuação de ambos no G20 comercial e no G20 financeiro.

O BRICS surgiu, nesse contexto, como forma de dar vazão às demandas comuns das maiores economias emergentes que não se sentiam representadas nos organismos financeiros multilaterais. A coalizão formou-se com base no acrônimo criado pela financeira norte-americana Goldman Sachs, em 2001, para designar as maiores economias emergentes do mundo. Desde a primeira reunião de cúpula, em 2009, os líderes de Brasil, Rússia, Índia e, a partir de 2011, África do Sul, reuniram-se anualmente para articular posições de política externa, com destaque para os temas financeiros.

Na esteira da crise financeira de 2008, o BRICS atuou de forma coordenada para avançar reformas nas instituições de governança financeira global. O grupo foi determinante para a reforma das quotas do FMI, aprovada em 2010 e implementada em 2015, que aumentou o poder decisório dos países em desenvolvimento no Fundo. A coalizão ganhou lastro institucional ao criar o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), em 2014, com vistas a financiar projetos de infraestrutura e promover a estabilidade financeira nos países-membros.

Apesar das assimetrias políticas, econômicas, militares e geopolíticas entre os países da coalizão, a regularidade dos encontros de alto nível indica o forte interesse de todos os participantes nesse formato de cooperação. Para além da concertação em temas multilaterais, com foco em – mas não restrito a – temas econômicos, o BRICS oferece importante espaço de diálogo entre Brasil e China, criando oportunidades para que os chefes de Estado se encontrem bilateralmente às margens das cúpulas anuais.

A cooperação sino-brasileira também ganhou protagonismo na temática ambiental. Ambos os países compartilham princípios nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, como o de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, e atuam com vistas à definição de metas para a mitigação e adaptação diante do aquecimento global. Em 2009, os dois países se uniram com Índia e África do Sul em outra coalizão de geometria variável, o BASIC, para avançar posições comuns nas negociações sobre a temática de mudança do clima.

O progresso na relação bilateral temas de política internacional ganhou reconhecimento em 2012, quando a parceria estratégica, firmada em 1993, foi elevada ao patamar de "Parceria Estratégica Global". Estabeleceu-se, nessa ocasião, o Diálogo Estratégico Global, mecanismo de reuniões em nível de chanceleres para não só discutir a agenda bilateral, mas também intercambiar opiniões sobre assuntos relevantes do contexto internacional. Desde então, já foram realizadas três reuniões do mecanismo, em 2014, 2017 e 2019.

A despeito da ampla articulação entre Brasil e China em foros multilaterais, os países não alcançaram acordo sobre uma questão cara à política externa brasileira: a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Embora a China defenda em seus discursos a “democracia nas relações internacionais” (discurso do presidente Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista da China, em outubro de 2017), o país atua ativamente contra o projeto de reforma do G4, grupo formado, em 2005, por Alemanha, Brasil, Índia e Japão para propugnar pela ampliação do CSNU, com extensão do poder de veto aos novos membros permanentes. Seja por rivalidade geopolítica em relação ao Japão e a Índia, seja porque identifica o poder de veto como prerrogativa que lhe atribui “status” especial perante a comunidade internacional, a China faz oposição tenaz à reforma proposta pelo G4 (BIATO JUNIOR, 2007; PANDA, 2011; MAZARR; HEATH; CEVALLOS, 2018).

A história demonstra que Brasil e China conseguiram atribuir maior projeção e efetividade a seus interesses políticos internacionais quando atuaram conjuntamente. As grandes dimensões econômicas, territoriais e demográficas, por um lado, e os contrastantes sistemas políticos e posicionamento geopolítico, por outro, conferiram grande peso e visibilidade à cooperação sino-brasileira em foros multilaterais. A crescente disparidade de poder entre as duas nações tornou essa interação mais delicada, mas a atuação conjunta tem-se provado instrumento pragmático para o atingimento dos interesses de ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 47 anos de relações diplomáticas, a amizade sino-brasileira assumiu contornos distintos: iniciou-se sob forte dinâmica política; ganhou estatura a partir da década de 1980, com iniciativas de cooperação na área de ciência e tecnologia e a defesa de interesses dos países em desenvolvimento nos foros multilaterais; e amadureceu com o estreitamento dos laços econômicos, na primeira década dos anos 2000. Essa evolução

foi gradual, a princípio, mas ganhou tração nos últimos 20 anos. Se essa mudança na dinâmica, por um lado, elevou o perfil da parceria bilateral, por outro, atribuiu maior complexidade à interação entre os dois países, exigindo maior conhecimento mútuo e massa crítica sobre os interesses envolvidos de cada parte.

A ausência de rivalidade geopolítica, as complementaridades econômicas e o compartilhamento de princípios forneceram os alicerces para a construção dessa parceria, que tantos benefícios tem gerado a ambos os países. À medida que as relações se tornam mais densas e complexas, todavia, tem sido necessário criar mecanismos para orientá-la na direção que atenda às expectativas mútuas. É nesse quadro que se insere a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), instância política de mais alto nível de diálogo político regular com a China, que já realizou cinco reuniões entre vice-presidentes e conta com diversos subgrupos temáticos para gerenciar a complexa relação bilateral.

Dessa forma, não faltam ao Brasil e à China os instrumentos de diálogo e coordenação para dar continuidade à exitosa parceria iniciada há quase meio século. Durante todo esse período, ambos os países souberam identificar as convergências e, ao combinar esforços, atribuir projeção e concretude a projetos comuns. Como grandes países emergentes, o aprofundamento da parceria pode tornar o caminho do desenvolvimento mais breve, estável e pacífico.

REFERÊNCIAS

BIATO JÚNIOR. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas.** Tese (Curso de Altos Estudos) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2007.

BRASIL. **Ficha País. República Popular da China.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>. Acesso em: 12/mar/2020.

BRASIL. **BRICS Brasil 2019.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 12/mar/2020.

BRASIL. **Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China.** Brasília, 15 de agosto de 1974.

CAMEX. **Boletim de Investimentos Estrangeiros - Países Selecionados**, n. 3, jul-set 2019. Câmara de Comércio Exterior, 2019.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Cronologia por países. Brasil-China.** Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/historico-de-relacoes-bilaterais-do-brasil?id=207>. Acesso em 03/abr/2020.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2017. 5ª Edição.

CHENG, Joseph Yu-shek. **Multilateral approach in China's foreign policy.** World Scientific Publishing Co, Singapura, 2018.

COLLOR, Fernando. **Integração Brasil-República Popular da China.** Discurso pronunciado no almoço oferecido ao Presidente da República Popular da China Yang Shangkun, no Palácio do Itamaraty, no dia 18 de maio de 1990. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collar/desenvolvimento-o-condutor-da-dignidade-e-do-bem-estar-do-trabalhador>. Acesso em: 26/abr/2020.

CORREIA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Celiane Ferreira da. **Entre aproximações e afastamentos: as relações políticas sino-brasileiras - Da Política Externa Independente à Política Externa Interdependente (1961-1965).** Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas,

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=41965&idprograma=40001016009P0&anobase=2019&idtc=135>

FMI. World Economic Outlook. **Fundo Monetário Internacional**, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/03/20/world-economic-outlook-april-2018>. Acesso: 28/02/2020.

FRANCO, Alvaro da Costa. (Org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: uma parceria estratégica?**. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010.

HAIBIN, Niu. **Emerging global partnership: Brazil and China**. Rev. bras. polít. int., 2010, vol.53, n.spe, pp. 183-192. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300011>

HANEMANN, Thilo; ROSEN, Daniel H. Buying the Dip? China's Outbound Investment in 2020. **Rhodium Group**, March 30, 2020. Disponível em: <https://rhg.com/research/chinas-outbound-investment-in-2020/>. Acesso: 16/abr/2020.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. *40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos*. In: MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (organizador). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016.

HUGUENEY, Clodoaldo. **Apresentação**. In: BIATO JÚNIOR. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas**. Tese (Curso de Altos Estudos) - Instituto Rio Branco, Brasília, 2007. p. 15-16.

ISHITANI, Claudia Kimiko. **Parceria Estratégica Brasil-China: Convergências, Diferenças e Perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) Instituto Rio Branco, Brasília, 2005.

PANDA, Jagannath P. China's stance on UNSC Reform: The Developing World Factor. **Institute for Security and Development Policy**, No. 62, March 23, 2011. Disponível em: https://isdpeu.com/content/uploads/publications/2011_panda_chinas-stance-on-unsc-reform.pdf. Acesso: 18/fev/2020.

PETER, Enrique Dussel. Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2020. **Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China**, March 23, 2020. Disponível em: <https://dusselpeters.com/141.pdf>. Acesso: 16/abr/2020.

MACHADO, Vera Lúcia Barrouin Crivano. **República Popular da China: reformas econômicas e relacionamento com o Brasil**. Tese (Curso de Altos Estudos) - Instituto Rio Branco, Brasília, 1986.

MAZARR, Michael; HEATH, Timothy; CEVALLOS, Astrid. **China and the International Order**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2423.html. Acesso: 15/fev/2020.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (org.). **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Rev. Bras. Polít. Int. Brasília**, v. 47, n. 1, p. 7-30, junho de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07abr/2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002>

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 12, 1993. p. 247-270.

PIRAGIBE, Clélia Virgínia Santos. **China: reformas domésticas e inserção internacional**: inovações institucionais e dependência de trajetória. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

QUADROS, Jânio. Nova política externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n.16, p. 150-156, dez. 1961.

RAMOS, Danielly Silva. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RENARD, Thomas. **A BRIC in the World: Emerging Powers, Europe, and the Coming Order**. Gent: Academia Press, 2009, p. 19.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Détente, Diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das**

Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à Era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2017.p. 231-251.

SILVA, Ricardo Luis Pires Ribeiro. O Relacionamento Brasil-China: Uma Dimensão Histórica. *In:* Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. **Cadernos do IPRI no 2.** Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

SILVA, S. T. Los Patrones de Internacionalización China n Once Años del Proyecto Going Global. *In:* Peters, E.D. (coord.). **América Latina y el Caribe-China. Economía, Comercio e Inversión 2015.** Unión de Universidades de América Latina y Caribe. México, pp 399-413, 2015.

SOUZA, Rodrigo do Amaral. Da Política Externa Independente à Política Externa Interdependente: o Governo Castelo Branco. *In:* Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. **Cadernos do IPRI no 2.** Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

US-CHINA INSTITUTE. Votação da Resolução 2758 da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://china.usc.edu/sites/default/files/legacy/AppImages/1971-UN-China-seating.pdf>. Acesso em 08 /abr/2020.